

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVA

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 10.217 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 562 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 94 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “*Bases para a opinião com reserva*”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVA

Encontram-se reconhecidos nas rubricas de Financiamentos Obtidos e de Outras Contas a Pagar 7.786 milhares de euros e 856 milhares de euros, respetivamente, relativos ao empréstimo cedido pela Caixa Geral de Depósitos ao Clooney Issuer Designated Activity Company, o qual se encontra em situação de incumprimento. Devido à existência de situações de litigância entre as partes e ao facto de não termos obtido resposta à confirmação direta de saldos efetuada junto daquela entidade, não nos podemos pronunciar sobre a razoabilidade da extensão daqueles saldos. Do desfecho do processo poderão resultar regularizações suscetíveis de afetar (positivamente ou negativamente) os capitais próprios da entidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos

independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

ÊNFASES

O saldo da rubrica de “Ativos fixos tangíveis” é composto na sua quase totalidade pelo imóvel e equipamentos onde a entidade exerce a sua atividade operacional, não existindo estudo de avaliação que suporte o valor evidenciado na contabilidade. No entanto, foi recebida uma proposta firme de compra por parte de um potencial interessado, que não foi aceite, cujo valor era superior ao reconhecido nas contas, conforme o divulgado no Relatório de Gestão.

Foram celebrados acordos de pagamento com diversas entidades, nomeadamente Fornecedores e Segurança Social, estando os mesmos a ser cumpridos, conforme o referido no Anexo e no Relatório de Gestão.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

OUTRAS MATÉRIAS

As demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo a respetiva Certificação Legal das Contas sido emitida (em 15 de abril de 2019) na modalidade de opinião com reservas e com ênfases, tendo grande parte das situações sido resolvidas pelo que não são suscetíveis de afetar a opinião relativamente ao período em análise. Acresce que na presente data as referidas demonstrações financeiras não foram ainda aprovadas pela Assembleia Geral.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

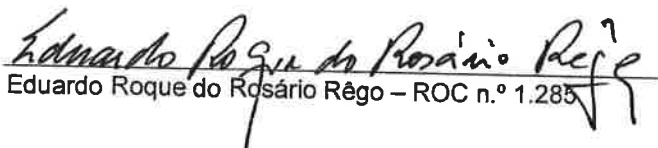
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "*Bases para a opinião com reservas*" do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.


Eduardo Roque do Rosário Régo – ROC n.º 1.285

Lisboa, 25 de maio de 2021

Relatório de Gestão 2019

Estimados sócios,

Dando cumprimento ao n.º1 da alínea b) do Art.º 19 dos Estatutos da nossa Instituição, vem o Conselho de Administração, apresentar o Relatório de Gestão relativamente ao ano de 2019.

Ressalva-se, o facto de o atual Conselho de Administração, ter tomado posse a 06.03.2020, isto é, com a execução do exercício económico 2019 terminado.

A presente prestação de contas deveria ter sido produzida e apresentada pelo anterior Conselho de Administração. No entanto, por razões que não vem ao caso, tal não foi possível. Com efeito, os anteriores órgãos sociais demitiram-se das suas responsabilidades, e mesmo os responsáveis técnicos seguiram o mesmo caminho.

Convirá lembrar que a Liga aquando da tomada de posse dos atuais órgãos sociais se encontrava sem Revisores Oficiais de Contas (ROC) (demitiram-se em Setembro de 2019); sem Conselho Fiscal demitiu-se a 01 de Julho de 2019; e sem Contabilista Certificado (CC) demitiu-se em Março de 2020.

Nessa medida, as contas que agora se apresentam foram alvo de verificação por técnicos diferentes, e foram introduzidos alguns ajustamentos que se encontram devidamente documentados nos arquivos da Instituição.

Estas regularizações, salvo melhor opinião, saneiam também, eventuais - imprecisões, critérios menos próprios, informação insuficiente, etc., - que presidiram à não aprovação do Relatório de Gestão e Contas, em Assembleia Geral de sócios, relativamente às contas de 2018.

Ao consultarmos os Plano de Ação e Orçamento para o ano de 2019 (elaborado em 2018) não encontramos nenhuma linha sobre os objetivos para o ano de 2019, pelo que, no fundamental assume-se uma linha de continuidade das operações.

A- DA EXPLORAÇÃO

RÚBRICAS	REAL		ORÇAMENTO	DESVIOS	
	2019	2018		2019-2018	2019-ORÇ2019
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)	(5)=(1)-(3)
Vendas	211,028.16	322,523.26	355,320.00	-111,495.10	-144,291.84
Prestações de Serviços	3,583,867.62	3,600,754.89	3,414,720.00	-16,887.27	169,147.62
Subsídios à Exploração	386,948.21	375,132.60	375,800.00	11,815.61	11,148.21
Outros Proveitos	315,019.15	83,508.45	180,050.00	231,510.70	134,969.15
TOTAL PROVEITOS	4,496,863.14	4,381,919.20	4,325,890.00	114,943.94	170,973.14
Custo das Vendas	539,179.04	588,141.70	586,020.00	-48,962.66	-46,840.96
Fornecimentos e Serviços Externos	1,051,599.62	1,019,441.73	997,985.00	32,157.89	53,614.62

Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta

Gastos com o Pessoal	2,301,852.56	2,309,542.90	2,154,182.40	-7,690.34	147,670.16
Outros Gastos e Perdas	101,399.54	51,817.30	15,486.00	49,582.24	85,913.54
Perdas por Imparidades	72,322.50	0	0	72,322.50	72,322.50
Amortizações / Depreciações	287,695.28	288,647.82	282,019.00	-952.54	5,676.28
Juros e gastos similares suportados	236,756.41	587,615.28	115,440.00	-350,858.87	121,316.41
Custos Totais	4,590,804.95	4,845,206.73	4,151,132.40	-254,401.78	439,672.55
Resultados líquidos	-93,941.81	-463,287.53	174,757.60	369,345.72	-268,699.41

A.1 - Dos proveitos

Pese o facto dos Proveitos totais crescerem cerca de 115m€, relativamente ao período homólogo este crescimento assume-se como absolutamente excepcional, já que resulta de um ajustamento relativamente à relevância dos Subsídios ao Investimento da ARSLVT e CMA no valor global de 1 Milhão de Euros e que não estava inscrito nas contas desde 2016. Foi feito o reconhecimento no montante de **185m€**. (ver nota 10.4 Anexo ao Balanço e Demonstração Resultados).

As vendas de mercadorias das Unidades de Negócio apresentam uma quebra de 111m€ relativamente a 2018 e 144m€ em relação ao orçamento.

É justo afirmar que estas Unidades continuam a ser o parente pobre da Instituição, absolutamente descapitalizadas.

As restantes atividades de cariz social são bastante rígidas, do ponto de vista das receitas. A UCCI tem valores dia cama estabelecidos, e o SAD goza de contrato com a Segurança Social com valores fixos mensais.

A.1.1. - ERPI/UR

ERPI/UR	Unidade Medida	2021 ABRIL	2020	2019
(1) Camas contratadas (Seg. Social)	número	68	68	68
(2) Faturação Média Mensal	€	91,592.00	107,485.00	125,736.00
(3) Camas Médias Faturadas (mês)	número	43	49	59
(4)= (3)/(1) Taxa Ocupação	%	63.24%	72.06%	86.76%
(5)= (2)/(3) Valor Médio	€	2,130.05	2,193.57	2,131.12

Como se pode verificar a atividade da ERPI/UR em 2019 está dentro dos valores, digamos que, normais; - uma Taxa de Ocupação na ordem dos 87% é bastante razoável. Se atendermos que, apesar da **atual** autorização de 68 camas, o máximo de camas ocupadas nunca foi além, no período de análise, das 61 camas.

Se a ocupação máxima fosse de 60 camas como foi **inicialmente licenciado**, a taxa de ocupação passaria para os para os 97,5%.

O ano de 2020 nos primeiros 7 meses a taxa de ocupação mantém-se na ordem dos 87%.

Quanto aos últimos 5 meses de 2020 a situação altera-se de forma substancial, passando para 72%. Neste período (5 meses) a ERPI/UR viveu com menos 10 utentes relativamente aos primeiros 7 meses. Quanto a 2019 menos 18 camas!!!

Relativamente ao primeiro Quadrimestre de 2021 a situação é a extensão dos últimos 5 meses de 2020.

A Taxa de ocupação baixa para os 69% mantendo-se em média com 17 camas desocupadas.

A evolução da atividade (Julho 20 a Abril 2021) resulta em grande parte do efeito pandémico; seja pela impossibilidade de entrada de novos utentes; seja por utentes por via da impossibilidade de visitas, saírem.

A.1.2. - UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS

O comportamento das duas unidades foi diverso e será analisadas de forma autónoma.

Convirá referir que a ocupação ou não ocupação da UCCI é da responsabilidade da Segurança Social e da ARSLVT.

Por parte do Estado o contrato em vigor considera-se cumprido desde que exista uma taxa de ocupação na ordem dos 85%.

A.1.2.1 - UDMR (LONGA DURAÇÃO)

UDMR	Unidade Medida	2021 ABRIL	2020	2019
(1) Camas contratadas (Seg. Social)	número	30	30	30
(2) Faturação Média Mensal	€	47,540.00	57,088.00	56,137.00
(3) Camas Médias Faturadas (mês)	número	24	29	29
Mapa SS+ARS Taxa Ocupação	%	78.80%	95.30%	97.50%
(5)= (2)/(3) Valor Médio	€	1,980.83	1,968.55	1,935.76

A Taxa de ocupação é calculada pela Segurança Social.

Os anos de 2019 e 2020 não apresentam grandes oscilações. Como já afirmamos existe uma grande rigidez nos proveitos da UCCI.

A.1.2.2 - UMDR (MÉDIA DURAÇÃO)

UMDR		Unidade Medida	2021 ABRIL	2020	2019
(1)	Camas contratadas (Seg. Social)	número	30	30	30
(2)	Faturação Média Mensal	€	53,594.00	78,823.00	79,385.00
(3)	Camas Médias Faturadas (mês)	número	19	27	28
Mapa SS+ARS	Taxa Ocupação	%	60.00%	90.90%	93.00%
(5)= (2)/(3)	Valor Médio	€	2,820.74	2,919.37	2,835.18

Os comentários da ULDR colhem na UDMR.

A ARSLVT e a Segurança Social para colmatar as perdas do 1º quadrimestre de 2021 comprometeram-se a pagar parte dos "prejuízos". A Segurança Social já pagou. A ARSLVT ainda procura a forma de pagar...

A.1.3. - LAHGO - CLINICA

LAHGO-CLINICA		Unidade Medida	2021 ABRIL	2020	2019
	Faturação anual	€	52,956.00	128,441.00	197,331.00
	Média Mensal	€	13,239.00	10,703.42	16,444.25
	Variação (faturação anual)	%		-34.91%	
	Variação (faturação média mensal)	%	-19.49%	-34.91%	

Os valores de 2019 estão dentro do expectável. Quanto a 2020, no primeiro trimestre continua com uma média mensal acima dos 15m€. Nos restantes trimestres devido à pandemia essa média baixa para os 9,2m€ de média mensal.

O 1º quadrimestre de 2021 apesar da situação pandémica a situação ensaia já uma acentuada melhoria situando-se a média mensal nos 13,2m€.

As consultas de Psicologia, a Fisioterapia e a Dentária representam mais de 75% da faturação da Lahgo - Clínica.

A.1.4. - UNIDADES NEGÓCIO (L.-Ortopedia L- Saúde Loja3 Bar UCCI)

UNIDADES NEGÓCIO*	Unidade Medida	2021 ABRIL	2020	2019
Faturação anual	€	49,827.00	135,511.00	195,112.00
Média Mensal	€	12,456.75	11,292.58	16,259.33
Variacao (faturação anual)	%		-30.55%	
Variacao (faturação média mensal)	%	-23.39%	-30.55%	

*L.-Ortopedia +L. Saúde + Loja 3 +Bar UCCI

As Unidades de Negócio, no período Janeiro 2019 a Abril de 2021 acompanham a tendência das outras atividades: 2019 os proveitos estão dentro da "norma", em 2020 quebra por via da Covid-19 e retoma no 1º Quadrimestre de 2021.

A.2 - Dos Custos Exploração

Os Custos de Exploração totais, relativamente a 2018 sofrem um **desagravamento** de cerca de **254m€**, devido sobretudo à diminuição dos encargos financeiros (**-350m€**); anulado este efeito passaria para um agravamento de 96m€. Bastante diferente de uma outra realidade se compararmos o Real de 2019 com o orçamento do mesmo ano. **Neste caso o agravamento é de 440mil€!!!** Se excluirmos o efeito dos encargos financeiros o agravamento passará para 318m€.

Se o Orçamento consubstancia as políticas para o ano só poderemos afirmar que os objetivos ficaram bastante aquém da realidade.

Socorrendo-nos do relatório do CA de 2018 em que se *efabula um quadro de gestão espartana* relativamente aos custos, o que verificamos em relação ao **Real versus Orçamento** no ano de 2019 é o seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos **+53,6m€**

Gastos com pessoal **+147,7m€** (equivale a mais um mês de salários)

Outros Gastos e Perdas **+85,9m€**

Custo das Vendas **-46,8m€**

Perdas por imparidades **+72,3m€**

Trata-se de valores reconhecidos como de cobrança duvidosa, relativamente aos utentes SAD/UCCI/UR.

fonte: *Mapa acima (da exploração)*

Em 2020 A Covid-19 provocou uma escassez de meios humanos nas Unidades das IPSS's . Também por essa via os Custos de Exploração (variáveis) baixaram "quase" que proporcionalmente aos proveitos.

A.3 - Dos Custos Financeiros (Financiamento)

Parte substancial dos juros inscritos nas contas de 2018 e 2019 são juros de financiamento **não pagos e reconhecidos: 558,9m€ em 2018 130m€ em 2019.**

Estes juros foram estimados a taxas de juro com *spreads* - que tocam a usura- sendo nossa convicção que serão ajustados no valor de recompra ao Fundo Clooney que por certo acontecerá em breve.

A.4. Dos Resultados

Conjugados todos estes fatores a Instituição apresenta um **Resultado Líquido negativo de 93.941,81€.**

Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) é positivo de **142.814,60€.**

Daqui se infere que, a Instituição é economicamente viável. Não pode, no atual contexto, é pagar mais do que 130m€ de Custos Financeiros por ano.

A.5 - Do ativo

O ativo globalmente sofre um abaixamento de **291,7m€.** Grande parte deste valor explica-se pelos **287,7m€** das Amortizações do exercício.

A.5.1 Não Corrente

Durante o ano de 2019 não identificamos valores relevantes no Ativo Fixo Tangível (AFT). A redução deve-se sobretudo às amortizações do exercício.

Quantia Escrituração Bruta	Saldo 31.12.2018	Saldo 31.12.2019	Valor contabilístico 31.12.2019
Terrenos e recursos naturais	2.500.000,00	2,500,000.00	2.500.000,00
Edifícios e Outras Construções	7.551.093,36	7.551.093,36	6,313,939.81
Equipamento básico	817.475,22	817.475,22	112.638,39
Equipamento transporte	84.238,13	84.238,13	1.1137,53
Equipamento administrativo	611.878,80	616.614,30	77.478,43
TOTAL	11.564.685,51	11.569.421,01	9,005,194.16

Como se detalha acima o valor total do Investimento, na Unidade de Saúde do Feijó (terreno + construção +equipamentos- Equipamentos de Transporte), ronda os **11,485m€**

O terreno porque foi doado pela CMA está evidenciado autonomamente.

Não encontramos nenhuma avaliação do terreno. No entanto, não temos dúvidas que a CGD ao aceitá-lo como garantia real tê-lo-á avaliado.

Este valor está suportado no Estudo Económico que sustentou o financiamento junto das Entidades financeiras, nomeadamente, CGD, BES Leasing.

Seja como valor de investimento seja como valor de financiamento, na rubrica de autofinanciamento.

Por outro lado, como a Unidade de Saúde, salvo melhor opinião, não tem valor de realização independente, o que há que avaliar é o valor total do equipamento. **Aqui chegados o que importa saber é se o Equipamento vale ou não pelo menos 9Milhões de €?!!**

Acresce que um potencial comprador elaborou contrato de aquisição na ordem dos 10,2 Milhões de €. Sabemos todos que não foi aceite.

Quanto às Participações Financeiras procedeu-se à regularização da participação representativa de (100% do capital) da Lahgo-Ortopedia, para a qual foi registada uma imparidade pela totalidade da participação.

A.5.2 Corrente

O ativo corrente diminuiu 56m€, em resultado do reconhecimento de perdas por imparidades no montante de 72,3m€, no entanto o valor bruto da conta de clientes apresenta um aumento na ordem dos 48m€, o que pode indiciar uma menor eficácia na cobrança. O maior agravamento situa-se nos Utentes da UR com + 38,2m€ em dívida.

Contudo, como medida de prudência foram registadas nas rubricas de Perdas por Imparidades 72,3m€ relativas aos utentes SAD UR e UCCI.

Os stocks baixaram em cerca de 4,4m€ o que é uma boa noticia.

Mantêm-se a dívida do Estado sobre o Iva da construção, sustentada por uma Ação Administrativa Especial (AAE) que decorre no Tribunal Fiscal de Almada.

A.6. Do passivo

O Passivo total sofreu um abaixamento de 83,3m€.

A.6.1. Não corrente

O passivo não corrente apresenta um abaixamento 193,0m€;

Os acordos de pagamento a Fornecedores registam uma redução de 70,7m€. Aproveitamos para afirmar que os acordos de pagamento têm vindo a ser cumpridos religiosamente.

A diferença restante resulta de ajustamentos (transferência de conta) para o Passivo corrente

A.6.2 Corrente

O Passivo corrente sofreu um agravamento de 109,6m€.

Só os juros estimados no exercício relativamente ao financiamento do Fundo Clooney rondam os **130,0m€**;

Os dois (2) acordos de pagamento, com a Segurança Social foram cumpridos durante o ano de 2019 sendo a dívida a 31.12.2019 de **585,4m€**.

Foram também relevados em 2019 o montante de **20,7m€** de Fundo de Compensação em falta desde junho de 2016.

B -OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Atentemos na seguinte afirmação no Relatório de Gestão de 2018:

a pagina 5 (...) *Na continuação num quadro financeiramente debilitado (...) Comprometidos ficaram necessariamente os projetos inerentes à dinamização das vendas nas valências comerciais (...)*

Ora não se percebe que estas afirmações possam colher perante as contas apresentadas.

Desde logo o Cash-flow de 2018 não sendo positivo, o Resultado Líquido só não é positivo devido aos juros contabilizados **mas não pagos. Se não existe desembolso para pagar o serviço da dívida, deveria existir algum desafogo financeiro, a não ser que os Custos de Exploração tenham aumentado.**

Convirá dizer que os **juros de financiamento** mais não são do que a remuneração dos **capitais alheios**. E por isso, nesta lógica, têm que ser entendidos fora do quadro da exploração e enquadrados na lógica da remuneração de capitais.

Para além disso, aceitar como boa esta afirmação seria aceitar que a Instituição não sobreviveria mesmo com o perdão de dívida por parte do Fundo.

E aqui reside o grande equívoco: Como interpretar a situação da Instituição, nas vertentes Económica, Financeira, Patrimonial e Social.

O anterior Conselho de Administração nunca conseguiu, ou não quis, comunicar, pelo menos aos sócios esta realidade de forma inequívoca.

É de resto, nossa convicção que a não aprovação de contas de 2018, reside muito mais nesta realidade do que em algum aspeto menos claro em concreto.

A gestão do ano de 2019, só agrava esta situação, de tal modo que sobretudo a partir de meados do ano a **inevitabilidade da alienação da Unidade de Saúde tornou-se a pedra de toque da gestão**. O suporte contabilístico a partir dessa data é a prova viva disso mesmo.

Não cumprindo o serviço da dívida como era o caso não se percebe tal atitude. Só por eventual má fé se poderá apresentar a Instituição como Insolvente.

O atual Conselho de Administração, ao tomar posse, uma das suas primeiras preocupações foi objetivamente avaliar a situação Económica da Instituição. A Instituição gera ou não valor antes da "questão" financeira?

E quanto a isso parece-nos claro: **o problema é de origem financeira e prende-se com o financiamento (a fonte) e não Económico;**

Logo, teremos que adequar a situação Financeira à realidade Económica. Naturalmente que a situação Económica deverá ajudar, mas numa situação social como a atual a solução passa pela urgente renegociação da dívida, (financiamento alternativo) de modo a que o serviço da dívida possa ser acomodado na atividade global da LAHGO.

Não deixa de ser difícil entender, que sendo o negócio mau, como existem tantos interessados em comprar...

Durante o exercício de 2019 a Instituição foi alvo de um **Processo de Execução** movido pelo Fundo Clooney que não terá acolhido a resposta adequada (oposição em tempo) por parte do anterior Conselho de Administração.

C - EXPETATIVAS PARA 2020

LIGA DE AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA					
ANÁLISE DESVIOS - ANO 2020	2020		2019	DESVIOS	
	REAL	ORÇAMENTO		R-ORÇ	2020-2019
	I	II	III	I-II	I-III
TOTAL DE PROVEITOS	3,912,882.14	4,150,971.89	4,496,863.14	238,089.75	583,981.00
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	494,140.51	471,765.77	539,179.04	22,374.74	-45,038.53
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	836,480.15	967,330.50	1,051,599.62	130,850.36	215,119.47
GASTOS COM PESSOAL	2,209,174.21	2,234,486.82	2,301,852.56	-25,312.62	-92,678.35
AMORTIZAÇÕES/DEPRECIAÇÕES	287,848.78	287,695.20	287,695.28	153.58	153.50
PERDAS POR IMPARIDADE	0.00	0.00	72,322.50	0.00	-72,322.50
OUTROS GASTOS E PERDAS	3,925.09	0.00	101,399.54	3,925.09	-97,474.45
GASTOS FINANCEIROS	143,097.42	132,000.00	236,756.41	11,097.42	-93,658.99
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	-61,784.01	57,693.60	-93,941.81	119,477.61	32,157.80
CASH-FLOW	226,064.77	345,388.80	193,753.39	119,324.03	32,311.38

Daf Res2020 Prov hr 05 21

O ano de 2020 tenderá para um resultado não muito diferente de 2019. A uma evidente perca de Proveitos menos **584m€**, mediante uma gestão apertada dos custos conseguiu-se um abaixamento mais que proporcional em cerca de **32m€**.

Só nas rúbricas de Custo das Mercadorias, FSE's e Gastos com Pessoal foi possível uma economia na ordem dos **353m€**.

É nossa convicção que o abaixamento dos proveitos é conjuntural e assenta em causas objetivas, já o abaixamento dos custos em grande parte tenderão para estruturais.

O ano de 2021, particularmente no 2º Semestre tenderá para uma regresso à "normalidade".

C - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto ao Resultado Líquido verificado no período, no montante de **-93,941.81€** apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras anexas a este relatório, propõe-se que transite para a conta de Resultados Transitados.

D - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a apresentação destas contas a Instituição, complementarmente à pendência do processo executivo, foi alvo de um **Pedido de Insolvência** por parte do Fundo Clooney, no Tribunal de Comércio do Barreiro.

A Liga respondeu aos motivos invocados pelo fundo, foi a julgamento e o Tribunal a dias de hoje indeferiu o pedido intentado pelo Fundo Clooney.

O Fundo Clooney intentou recurso para o Tribunal da Relação da decisão do Tribunal anterior.

A Liga teve acesso aos quesitos de contestação e preparou a defesa.

De todos os factos apresentados é nossa convicção que mais uma vez o tribunal nos dará razão.

Os atuais órgãos sociais, em particular o Conselho de Administração, confrontados com uma grave crise sanitária com contornos pandémicos (COVID-19) e de evolução imprevisível, tiveram que responder em tempo, a desafios novos e de contornos pouco nítidos.

A Instituição, conseguiu responder aos desafios, adequando-se à realidade em articulação com as entidades oficiais.

Essa situação sobrevive até hoje.

A Instituição também sobreviveu.

O impacto na atividade, refletiu-se sobretudo no exercício de 2020 estendendo-se pelo menos até ao 1º quadrimestre de 2021.

Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta

E - NOTAS FINAIS

Em termos de futuro pretende, este Conselho de Administração, assegurar uma linha de continuidade, no sentido de solver todas as dívidas da Instituição.

Quanto à sustentabilidade financeira pretendemos envidar todos os esforços no sentido de reestruturar a dívida ao Fundo Clooney, única forma de apaziguar de forma continuada todos os constrangimentos em cascata que os problemas financeiros acarretam.

Complementarmente, melhorar receitas e diminuir custos, aumentando uns racionalizando os outros, no sentido de prestar um melhor serviço à população onde a Instituição se insere.

E por, fim este Conselho de Administração agradece a todos os colaboradores, sócios, voluntários, Entidades oficiais que destacamos a Câmara Municipal de Almada, fornecedores e todos os amigos da LAHGO pelo contributo direto ou indireto que prestaram à Instituição no sentido do seu engrandecimento.

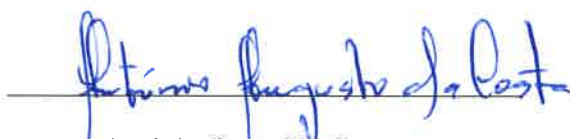
Laranjeiro, 18.05.2021

O Conselho de Administração,



Alfredo Oliveira (Dr.)

(Presidente Conselho Administração)



António Costa (Eng^o)

(Vice-presidente Conselho Administração)



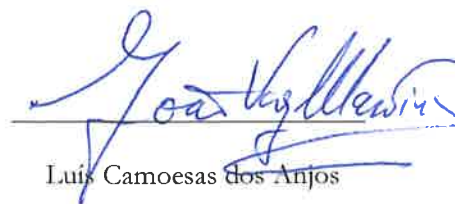
Elisa Almeida (Dr.^a)

(Vogal do Conselho de Administração)



João Vaz Martins (Arqt^o)

(Tesoureiro)



Luís Camoesas dos Anjos

(Vogal do Conselho de Administração)



Dulce Silvério

(Vogal do Conselho de Administração)



ATA Nº 102



Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu o Conselho de Administração da LAHGO, pelas dez horas, na sala de reuniões da Unidade Residencial, com a presença dos seguintes elementos: Alfredo Oliveira, António Costa (via videochamada), João Vaz Martins, Luis Camoesas (declaração de voto, em anexo), Elisa Almeida e Dulce Silveiro. -----

A reunião teve a seguinte O.T.: -----

Ponto um - Discussão e aprovação do Relatório & Contas referentes ao exercício de 2019; -----

Ponto dois - Discussão sobre o Relatório e Contas de 2018; -----

Ponto três - Aprovação do Plano e Orçamento do ano de 2020; -----

Ponto quatro - Aprovação do Plano e Orçamento do ano de 2021; -----

Ponto cinco - Outros assuntos de interesse da Instituição -----

Iniciou a reunião o Sr. Presidente do CA, enquadrando a atual situação da Instituição relativamente à prestação de contas. -----

De igual modo, comunicou a importância da aprovação das contas, para que a Instituição possa recorrer a todos os mecanismos seja de financiamento seja de candidatura a fundos disponíveis.

Apesar das contas de 2019 não serem da responsabilidade dos atuais órgãos sociais, foram estes que, contratando uma nova equipa profissional, incluindo uma nova Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, (por rescisão da anterior) permitiram e possibilitaram os ajustamentos nas contas de 2019 e por essa via nas de 2018, de modo a que as Contas espelhem a realidade Económica Financeira e Patrimonial da Instituição. -----

De resto, a emissão da Certificação Legal de Contas refletem também essa ideia. -----

Foram submetidos todos os pontos desta ordem de trabalhos à votação sendo que todos eles foram aprovados por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar foi terminada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os que nela participaram. -----

LIGA DE AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA

RELATÓRIO & CONTAS

Ano de 2019

Nota importante

A - As contas que agora se apresentam deveriam ter sido elaboradas pelo anterior Contabilista Certificado e aprovadas e publicitadas pelo anterior Conselho de Administração.

Não aconteceu nem uma coisa nem outra. Antes resultou numa completa desresponsabilização no que, a toda, a esta matéria diz respeito.

Apesar de suportado por um contrato de prestação de serviços relativamente ao aluguer do Software de Contabilidade, Recursos Humanos e Património, e que pressupunha um pré-aviso de 90 dias para a sua resolução, a MLS, Unipessoal, Lda, entenda-se Maria Lurdes Silva, membro da anterior administração, não só quebrou o contrato, como abusiva e ilegalmente usurpou os programas e a informação, relativamente ao exercício de 2019.

Foi entregue à Instituição **i)** um Balancete Analítico reportado a 31.12.2019; **ii)** Mapa de Amortizações; **iii)** Ficha do Terreno doado pela Camara Municipal de Almada.

Instada, por Carta Registada a entregar a informação, a Dr.^a Maria Lurdes Silva nunca se disponibilizou para fazê-lo.

Objetivamente , LAHGO, não tem na sua posse a contabilidade dos anos de 2016 a 2019.

Quanto ao Contabilista Certificado, apresentou de imediato a renúncia ao cargo invocando entre outras coisas, justamente a inexistência de Sistema de Informações....

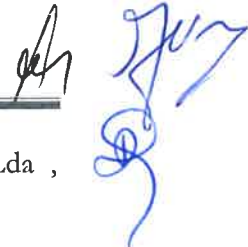
B - Durante quase um ano (desde Março 2020) trabalhamos com um balancete que tivemos mais **a investigar para compreender** do que a utilizar a sua informação para a trabalhar e tratar. Tal era a inconsistência da informação encontrada.

Entrementes, a anterior Tesoureira terá pedido, ao atual Conselho de Administração, cerca de 3.500,00€ para proceder ao encerramento das contas de 2019. Além de não ter fechado as contas como era seu dever profissional, de usurpar os programas informáticos não cumprindo a contratualização a que estava obrigada e ainda numa manifestação de *dádiva e de boa vontade*, solicitou à atual Administração um pagamento acrescido para realizar um trabalho que era sua inteira responsabilidade quando saiu da Administração. Não há dúvida que o incumprimento é muito atrevido e ousado!

Isto é usurpa-se a informação, incumpre-se um Contrato de Prestação de Serviços, e depois pede-se dinheiro para resolver esta usurpação e incumprimento... Beneficiar o infrator!

Entretanto os ROC renunciam ao cargo em Setembro de 2019. O anterior Conselho de Administração não cuidou de o Substituir.

De resto, até pela forma como a informação passou a ser tratada a partir do 2º Semestre, ficamos com a convicção que a anterior Tesoureira não pensava apresentar as contas de 2019.



C - A contratação de uma equipa de ROC's levou a que a MLS, Unipessoal, Lda , condescendesse a entregar uma "pen" com o *saft* da contabilidade.

Envolvendo, os técnicos da F3m e da Serroalto (parceiros informáticos da Liga), conseguimos converter e instalar o ficheiro Saft da contabilidade na Aplicação da F3m.

D - As contas estão sustentadas por um balancete em sede de F3m, com as correções que entendemos e que se justificam efetuar de modo a que estas reflitam de forma inequívoca e verdadeira a realidade da situação económica, financeira e patrimonial da LAHGO.

Com todas as contingências, não sabemos se conseguimos esse desiderato. Encerrar contas elaboradas desadequadamente por outros é sempre um risco a que se associa algum desconforto deontológico. De tal forma que, a OCC não permite a "substituição" de CC responsáveis 3 meses antes do encerramento (Setembro).

Por isso, e por entender que o encerramento teria que ser feito pelo anterior Conselho de Administração, tudo fiz para não encerrar as contas.

Afinal acabamos por proceder ao encerramento!

Laranjeiro, 18.12.2020

Humberto Alves Ramalinho

(Contabilista Certificado N° 19624 OCC- LAHGO)

LIGA DE AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

€

CÓDIGO DAS CONTAS	RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
			31.12.2019	31.12.2018
	ATIVO			
	Ativo não corrente			
43+453+455-459	Ativos fixos tangíveis	4	9,005,194.16	9,288,217.43
4111+4112	Participações financeiras - outros métodos	9.2		38,727.35
415	Outros Investimentos Financeiros	9.2	37,809.22	21,802.51
			9,043,003.38	9,348,747.29
	Ativo corrente			
32	Inventários	7	53,918.90	58,356.50
211+212-219	Clientes	9.3	367,404.59	391,472.91
24	Estado e outros entes públicos	9.5	746,200.19	746,147.98
231+	Outras contas a receber	9.6	0.00	8,045.69
281	Diferimentos	9.8	1,500.00	1,500.00
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	10.1	2,540.52	24,232.39
			1,173,524.90	1,229,755.47
	Total do ativo		10,216,528.28	10,578,502.76
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Capital próprio			
552	Outras reservas	10	324,963.17	324,963.17
56	Resultados transitados	10	-4,017,971.56	-3,554,684.03
59	Outras variações no capital próprio	10	3,225,000.10	3,409,651.68
818	Resultado líquido do exercício		-93,941.81	-463,287.53
	Total do capital próprio		-561,950.10	-283,356.71
	Passivo			
	Passivo não corrente			
25	Financiamentos obtidos	10.3	7,785,713.85	7,910,015.65
273	Fornecedores	9.4	664,422.94	733,132.95
			8,450,136.79	8,643,148.60
	Passivo corrente			
2211+222+225	Fornecedores	9.4	296,067.22	253,252.16
24	Estado e outros entes públicos	9.5	674,959.50	781,784.34
25	Financiamentos obtidos			
2711+2712+2722	Outras contas a pagar	9.7	1,357,314.87	1,183,674.37
			2,328,341.59	2,218,710.87
	Total do Passivo		10,778,478.38	10,861,859.47
	Total do capital próprio e do passivo		10,216,528.28	10,578,502.76

CÓDIGO DAS CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			31.12.2019	31.12.2018
71+72	Vendas e serviços prestados	8.1	3,794,895.78	3,923,278.15
75	Subsídios à exploração	8.1	386,948.21	375,132.60
-61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	539,179.04	588,141.70
-62	Fornecimentos e serviços externos	8.2	1,051,599.62	1,019,441.73
-63	Gastos com o pessoal	8.3	2,301,852.56	2,309,542.90
-65	Perdas por imparidade	8.5	72,322.50	
78	Outros rendimentos e ganhos	8.1	315,019.15	83,508.45
68	Outros gastos e perdas	8.4	101,399.54	51,817.30
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		430,509.88	412,975.57
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.1	287,695.28	288,647.82
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		142,814.60	124,327.75
795	Juros e rendimentos similares obtidos			
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	6	236,756.41	587,615.28
811	Resultado antes de impostos		-93,941.81	-463,287.53
812	Imposto sobre o rendimento do período			
818	Resultado líquido do período		-93,941.81	-463,287.53

LIGA DE AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2019

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição no início do período 2019						324.963,17	(3.554.684,03)		3.409.651,69	(463.287,53)	(283.356,71)	(283.356,71)
Alterações no período:												
Prima adoptada de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do acedente de revalorização												
Excedentes de revalorização							(463.287,53)		(184.651,58)	463.287,53	(184.651,58)	(184.651,58)
Ajustamentos por impostos diferidos							(463.287,53)		(184.651,58)	463.287,53	(184.651,58)	(184.651,58)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										(93.941,61)	(93.941,61)	(93.941,61)
Resultado líquido do período										369.345,72	(228.503,29)	(228.503,29)
Resultado integral												
Operações com detentores de capital no período												
Subscrições de capital												
Subscrições de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição no fim do período 2019						324.963,17	(4.017.971,56)		3.225.000,10	(93.941,61)	(561.650,10)	(561.650,10)

10.2

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado




LIGA DE AMIGOS DO HGO

CONTA DE EXPLORAÇÃO E RESULTADOS - POR CENTRO DE CUSTO
Exercício Findo em 31.12.2019

VALÊNCIAS/DESIGNAÇÃO	TOTAL	ERPI/JUR	UCCIMD	UCCIID	Clinica	SAD	Bar/UCCI	Liga Geral	Parafarmácia	loja3	Ortopedia	Papelaria	HGO
PROVEITOS TOTAIS	4.496.863,19	1.565.553,45	993.321,62	706.753,71	200.839,10	515.386,35	41.122,04	174.046,25	35.282,19	73.366,94	62.856,24	922,02	127.413,28
Vendas	211.028,16	3.891,91	2.177,20	2.162,20	432,29	41.122,04	-809,31	30.241,25	73.366,94	57.521,62	922,02		
Prestações	3.566.148,12	1.472.652,69	964.440,99	677.888,08	200.500,20	122.968,11	272,51	6,13	6,13	0,00	6,13		127.413,28
Ajudas Téct	9.920,00	4.464,01	2.480,01	2.480,01	495,97	389,90	-992,02	496,01	0,00	496,01			
Quotas (sóc	7.799,55	3.509,80	1.949,90	1.949,90	386.948,21		-779,95	390,00	0,00	390,00			
Subsídios à	386.948,21	0,00	0,00	0,00	386.948,21				0,00	0,00			
Outros rendi	315.019,15	81.035,04	22.273,52	22.273,52	338,90	4.151,87	176.355,02	4.148,80	0,00	4.442,48			
EXISTÊNCIAS INICIAIS	58.356,50	17.388,76	8.694,39	8.694,39				4.314,41		559,98	18.704,57		
COMPRAS	534.741,49	182.310,49	87.344,40	87.344,40	13.377,65	39.803,67	21.306,16	13.317,53	10.970,42	37.656,78	40.462,86	847,13	0,00
EXISTÊNCIAS FINAIS	53.918,90	14.607,15	7.303,57	7.303,57				7.859,77	1.166,65	710,52	14.967,67		
CUSTO DAS MERCADORIAS	539.179,09	185.092,10	88.735,22	88.735,22	13.377,65	39.803,67	21.306,16	5.457,76	14.118,18	37.506,24	44.199,76	847,13	0,00

GASTOS COM O PESSOA	2.301.852,56	833.061,35	469.500,57	425.192,52	130.238,48	291.366,74	27.823,31	35.105,65	29.887,63	16.886,11	42.790,20	0,00	0,00
Remuneraçã	1.831.399,12	657.712,43	371.643,51	336.642,59	105.313,92	236.349,39	22.634,56	28.563,54	23.984,61	13.799,78	34.754,79	0,00	0,00
Remunerações normais	1.769.514,01	636.001,40	362.928,02	325.686,33	102.424,88	225.942,27	22.634,56	26.934,84	22.345,81	12.836,83	31.779,07	0,00	0,00
Subsidio de Alimentação	61.227,35	21.120,82	8.647,94	10.956,26	2.889,04	10.407,12	0,00	1.628,70	1.638,80	962,95	2.975,72	0,00	0,00
Diuturnidades	63,49	63,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões vitalícias	594,27	590,21	4,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa social	408.231,76	149.019,35	83.387,39	74.580,69	23.548,29	51.439,66	4.884,61	6.180,19	5.136,06	2.913,84	7.141,68	0,00	0,00
Seguro Acid	30.869,84	14.034,66	7.717,53	7.717,51	466,72	0,00	0,00	0,00	466,71	0,00	466,71	0,00	0,00
Gastos açã	7.575,00	3.749,00	1.875,50	1.875,50	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Medicina no trabalho	7.500,00	3.749,00	1.875,50	1.875,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro	75,00	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gast	23.776,84	8.545,91	4.876,64	4.376,23	1.376,28	3.035,97	304,14	361,92	300,26	172,49	427,01	0,00	0,00
GASTOS DE DEPRECIACI	287.695,28	124.756,24	95.830,12	38.392,95	4.411,53	8.754,70	403,51	0,00	7.616,88	0,00	7.529,35	0,00	0,00
as e Outras Construções	151.293,39	65.191,00	31.729,51	31.729,42	0,00	7.577,03	0,00	0,00	7.576,98	0,00	7.489,45	0,00	0,00
Equipamento Basico	74.348,52	60,00	63.246,43	6.227,05	4.411,53	0,00	403,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Transporte	1.137,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.137,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ipamento Administrativo	60.915,60	59.505,24	854,18	436,48	0,00	39,90	0,00	0,00	39,90	0,00	39,90	0,00	0,00
PERDAS POR IMPARIDAD	72.322,50	19.425,48	20.509,01	20.509,01	11.879,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ufentes	72.322,50	19.425,48	20.509,01	20.509,01	11.879,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS GASTOS E PERI	101.399,54	2.632,90	1.356,23	1.349,12	330,54	555,61	0,00	94.592,76	273,22	3,10	306,06	0,00	0,00
Imposto selo	512,10	207,01	93,83	92,82	0,00	24,37	0,00	0,00	39,04	0,00	55,03	0,00	0,00
Taxas	2.990,08	1.253,51	661,25	655,15	0,00	149,51	0,00	0,00	135,33	0,00	135,33	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidiárias, Associadas	38.727,35	38.727,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ões exercícios anteriores	24.313,24	373,47	186,73	186,73	330,54	35,98	0,00	23.193,59	3,10	3,10	0,00	0,00	0,00
estimativa para impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quotizações	30,00	13,50	6,00	6,00	0,00	1,50	0,00	0,00	1,50	0,00	1,50	0,00	0,00
Multas fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas não fiscais	2.154,95	785,41	408,42	408,42	0,00	344,25	0,00	0,00	94,25	0,00	114,20	0,00	0,00
Outras Penalidades	32.671,82	32.671,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[Handwritten signature and initials]

GASTOS E PERDAS DE F	236.756,41	90.676,50	47.327,49	47.327,49	6.511,65	18.037,90	1.300,00	17.532,84	4.093,79	1,70	3.947,05	0,00	0,00
s empréstimos bancários	4.898,11	1.992,09	1.117,70	1.117,70	0,00	223,52		0,00	223,55		223,55		0,00
lançamento (estimados)	130.000,00	52.000,00	26.000,00	26.000,00	6.500,00	13.000,00	1.300,00	5.200,00					
Juros de mora	36.713,68	7.571,18	4.096,47	4.096,47	1,65	1.291,25		18.423,06	611,80	1,70	610,10		0,00
Juros de acordos	62.412,99	28.020,58	15.566,99	15.566,99	0,00	3.113,39		-6.226,80	3.258,44		3.113,40		0,00
Juros de contratos leasing	2.731,63	1.092,65	546,33	546,33	0,00	409,74		136,58	0,00		0,00		0,00
CUSTOS TOTAIS	4.590.805,00	1.625.827,22	1.009.307,75	854.138,87	249.683,78	390.421,39	51.633,97	160.264,03	60.945,92	72.618,90	111.386,04	1.306,80	3.280,33
RESULTADOS LIQUIDOS	-93.941,81	-60.273,77	-15.986,13	-147.385,16	-48.844,68	124.964,96	-10.511,93	13.792,22	-25.663,73	748,04	-48.529,80	-384,78	124.132,95

Lahgo-Daf cerC-C-hr dez 2020 (versão Final) Abr'21

	-93.941,81	-60.273,77	-15.986,13	-147.385,16	-48.844,69	124.964,96	-10.511,93	13.792,22	-25.663,74	748,04	-48.529,79	-384,78	124.132,95
Check	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Análise dos Centros de Custo

0 - Enquadramento

O Balancete disponível, não incluía naturalmente os ajustamentos entretanto efetuados já em sede da aplicação f3m.

A imputação desses ajustamentos, eventualmente terá seguido um critério diverso do que tem sido a prática de imputação dos custos indiretos.

A prática seguida tem sido a de imputar a Centros de Responsabilidade custos que não têm nada a ver com a sua atividade.

Por exemplo, a imputação de Custos Financeiros (de financiamento) às Unidades de Negócio, salvo melhor opinião distorce por completo a realidade.

De igual modo, a imputação a estas valências Amortizações do Edifício da Unidade de Saúde do Feijó é um absurdo.

Estes procedimentos, acaba por inviabilizar de alguma forma a possibilidade de identificação do contributo efetivo de cada Centro de Responsabilidade para o Resultado Final.

1 - Que resultados (algumas notas)

Relativamente aos proveitos estão adequadamente registados nos Centros de Responsabilidade respetivos.

Quanto às compras e despesas gerais diretas admitimos que estas estão também devidamente acomodadas.

Quanto à imputação dos custos indiretos (Centros de Custo Auxiliares) Compras que inclui bens alimentares (cozinha), Os Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal, desconhecemos as *chaves de imputação*.

É evidente que existem "*naturezas de custo*" imputadas a Centros de Responsabilidade que desvirtuam o resultado final.

Como não existe **neutralidade** nos critérios de imputação, as Unidades de Negócio tem sido "sobrecarregadas" com custos que não fazem qualquer sentido.

Juros de Financiamento, Amortizações do Imóvel, imputadas a Lojas localizadas no HGO ou em instalações arrendadas em Almada, só fará sentido se advertida ou inadvertidamente, estivermos interessados em justificar o desinvestimento nestas atividades.

Laranjeiro, 03.05.2021

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

€

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	-		
Recebimentos de clientes	+	3,826,924.60	6,429,723.96
Pagamentos a fornecedores	-	1,689,490.09	1,465,339.31
Pagamentos ao pessoal	-	1,625,139.98	2,126,502.48
Caixa gerada pelas operações		512,294.53	2,837,882.17
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-385,512.95	2,820,153.23
Fluxo de Caixa das atividades operacionais (1)		126,781.58	17,728.94
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	+/-		
Pagamentos respeitantes a:	-		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-	-4,672.01	
<i>Ativos intangíveis</i>	-		
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	+		1,839.43
Fluxo de Caixa das atividades de investimento (2)	+/-	-4,672.01	1,839.43
<u>Fluxos de caixa das atividades de Financiamento</u>	-		
Recebimentos provenientes de:			
<i>Otras operações financiamento</i>	+		14,605.73
Pagamentos respeitantes a:	-		
<i>Financiamentos obtidos</i>	-	-136,171.70	11,196.82
<i>Juros e gastos similares</i>	-	-7,629.74	
<i>Otras operações financiamento</i>	-		1,500.00
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento (3)		-143,801.44	1,908.91
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-	-21,691.87	21,477.28
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4	24,232.39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4	2,540.52
			24,232.39

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

1.1 - Liga de Amigos dos Hospital Garcia de Orta

1.2 - Lugar da Sede Social

Av. Professor Torrada da Silva - Hospital Garcia de Orta

1.3 - Natureza da atividade

A LAHGO - Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) com estatutos publicados no Diário da República n.º 61, III serie, de 13 de Março de 1992 com sede em Av. Prof. Torrado da Silva - HGO.

No âmbito dos seus objetivos estatutários, tem como missão:

- a) - Promover a assistência a doentes durante os períodos de internamento hospitalar ou ambulatório;
- b) - Apoiar, mediante a concessão de bens e/ou prestação de serviços, os doentes mais carenciados e eventualmente os seus familiares necessitados, na medida dos recursos financeiros disponíveis;
- c) - Promover e apoiar iniciativas de carácter social, cultural e recreativo no âmbito hospitalar;
- d) - Promover e responsabilizar-se pela execução de tarefas e pelo funcionamento de serviços mediante acordos a firmar pelo HGO;
- e) - Promover, em colaboração com entidades oficiais quaisquer atividades ou prestações de serviços com vista à reinserção social de quaisquer indivíduos em situação de exclusão;
- f) - Para concretização e consolidação dos seus dos seus objetivos mais gerais a Instituição propõe-se continuar a atividade da Unidade Residencial, Unidade de Cuidados Continuados Integrados, Serviço de Apoio Domiciliário e outros equipamentos, serviços ou valências.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressupostos da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de relato financeiro para o SNC aprovado pelo Dec.- Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para o SNC e é composto por:

- a) - Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- c) - Código da Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;
- d) - NCRF - Aviso n.º 8256/2015;
- e) - Normas Interpretativas (NI);



2.3 - Como não houve alteração de referencial contabilístico. Nessa medida também não houve qualquer ajustamento. Assim as demonstrações financeiras são comparáveis.

3. - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

b) - Outras políticas contabilísticas

Não se aplica

3.2 - Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das operações. Para as entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.3 - Regime do Acréscimo (Periodização económica)

O efeito das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento de pagamento ou de recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

3.4 - Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.4.1 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.5 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito da maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

4 . Ativo Fixo Tangível

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. O custo de Aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações começam a ser registadas logo que o bem entre em funcionamento segundo o método das quotas contantes nos termos do decreto regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Tangíveis	Vida útil	
	2019	2018
Terrenos e recursos naturais	ñ se aplica	ñ se aplica
Edifícios e Outras Construções	50 anos	50 anos
Equipamento básico	10 anos	10 anos
Equipamento transporte	4 anos	4 anos
Equipamento administrativo	8 anos	8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	4 anos	4 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu valor residual, quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data da alienação, corrigidas com o coeficiente de desvalorização da moeda. Se for o caso o rendimentos ou gastos resultantes são espelhados nas demonstrações financeiras nas rubricas "Outros Rendimentos Operacionais" ou "Outros Gastos Operacionais"

Quantia Escrituração Bruta	Saldo 31.12.2018	Adições	Ajustamentos	Saldo 31.12.2019
Terrenos e recursos naturais	2,500,000.00			2,500,000.00
Edifícios e Outras Construções	7,551,093.36			7,551,093.36
Equipamento básico	817,475.22			817,475.22
Equipamento transporte	84,238.13			84,238.13
Equipamento administrativo	611,878.80	4,672.01	63.49	616,614.30
TOTAL	11,564,685.51	4,672.01	63.49	11,569,421.01

4.1- Amortizações e Depreciações Acumuladas

Descrição	Saldo 31.12.2018	Reforço	Ajustamentos	Saldo 31.12.2019
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0.00			0.00
Edifícios e Outras Construções	1,085,808.50	128,884.04	22,460.99	1,237,153.55
Equipamento básico	630,424.82	86,784.55	-12,372.54	704,836.83
Equipamento transporte	82,137.88	1,225.29	-262.57	83,100.60
Equipamento administrativo	478,096.88	70,801.38	-9.762.39	539,135.87
TOTAL	2,276,468.08	287,695.26	63.49	2,564,226.85

5. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidades acumuladas.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes nos termos do Dec. Lei n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

As Taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Ativos Tangíveis	Vida útil	
	2019	2018
Softwares de computadores	3 anos	3 anos
Copyrights, Patentes e direitos Propriedade Industrial	ñ se aplica	ñ se aplica
Ativos intangíveis em desenvolvimento	ñ se aplica	ñ se aplica

Quantia Escrituração Bruta	Saldo 31.12.2018	Adições	Abates	Saldo 31.12.2019
Programas de computadores	3,564.54			3,564.54
Propriedade Industrial				
Outros Ativos Intangíveis				
TOTAL	3,564.54			3,564.54

5.1- Amortizações e Depreciações Acumuladas

Descrição	Saldo 31.12.2018	Reforço	Abates	Saldo 31.12.2019
Custo				
Programas de computadores	3,564.54			3,564.54
Propriedade Industrial				
Outros Ativos Intangíveis				
TOTAL	3,564.54			3,564.54

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

Rúbrica	2019	2018
Juros Empréstimos Bancários	4,898.11	322,235.16
Juros de Mora	36,713.68	16,031.11
Juros de Acordos	62,412.99	12,472.97
Juros leasing	2,731.63	247.04
Juros Estimados Fundo Clooney (1)	130,000.00	236,629.00
TOTAL	236,756.41	587,615.28

(1) Os juros foram estimados da seguinte forma: Taxa Juro 2% ao ano (capital em dívida igual ao valor de compra (Plano Negócios 2021 - 2036) 6.500.000,00€.

7. Inventários

Os " Inventários" estão registados ao custo unitário de aquisição.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Unitário de Aquisição.

Em 31.12.2019 a rúbrica de Inventários apresentava os seguintes valores:

2019			
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Inventário Final
Mercadorias	58,356.50	534,741.44	53,918.90
TOTAL	58,356.50	534,741.44	53,918.90
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			539,179.04

Custo das Mercadorias Vendidas

Descrição	2019	2018
Existências Iniciais	58,356.50	66,686.74
Compras	534,741.44	579,811.46
Existências Finais	53,918.90	58,356.50
TOTAL	539,179.04	588,141.70

8. Réditos e Gastos

8.1 Réditos

Para o ano de 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Venda de Bens	211,028.16	322,523.26
Prestações Serviços	3,566,148.07	3,600,754.89
Ajudas técnicas	9,920.00	
Quotizações e joias	7,799.55	
TOTAL	3,794,895.78	3,923,278.15

Subsídios Doações e Legados à Exploração

A entidade em 2019 reconheceu os seguintes Subsídios à Exploração

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	386,948.21	375,132.60
TOTAL	386,948.21	375,132.60

Serviço de Apoio Domiciliário

A rubrica de Outros Rendimentos e ganhos em 2019 detalha-se da forma que segue:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	8,931.95	219.31
Descontos pp obtidos	6,093.97	6,757.32
Ganhos em inventários		307.50
Rendimentos em Investimentos ñ financeiros	36,700.00	36,145.00
Outros rendimentos ou ganhos (2)	184,651.58	40,079.32
Correções relativos a períodos anteriores	5,640.20	
Excesso de estimativa para impostos	259.37	
Donativos particulares (1)	72,709.08	
Outros ñ especificados	33.00	
TOTAL	315,019.15	83,508.45

(1) inclui 24m€ águas

(2) Ver nota 10.4- detalhe da utilização dos Subsídios

8.2 Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos, no períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2019 foi o seguinte:

Descrição	2019	2018	Comparação	
			Valor	%
Subcontratos	0.00	0.00	0.00	n.e
Trabalhos especializados	59,910.91	67,643.13	-7,732.22	-11.43%
Publicidade e Propaganda	987.69	942.65	45.04	4.78%
Honorários	579,808.49	562,192.20	17,616.29	3.13%
Vigilância e Segurança	0.00	212.42	-212.42	n.e
Conservação e Reparação	62,679.61	56,025.93	6,653.68	11.88%
Outros	934.62		934.62	n.e
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	2,298.77	6,175.95	-3,877.18	-62.78%
Material de Escritório	6,705.47	9,705.62	-3,000.15	-30.91%
Artigos para Oferta	3,300.00	0.00	3,300.00	n.e
Outros	154.01		154.01	n.e
Eletricidade	147,887.95	139,754.15	8,133.80	5.82%
Combustíveis	38,262.35	40,703.90	-2,441.55	-6.00%
Água	20,788.79	18,878.98	1,909.81	10.12%
Deslocações e Estadas	12,074.84	18,024.47	-5,949.63	-33.01%
Rendas e Alugueres	24,919.70	26,075.26	-1,155.56	-4.43%
Comunicação	21,751.67	23,537.98	-1,786.31	-7.59%
Seguros	10,479.65	10,892.61	-412.96	-3.79%
Contencioso e Notariado	2,667.00	1,149.92	1,517.08	131.93%
limpeza, Higiene e Conforto	55,933.20	37,021.06	18,912.14	51.08%
Outros fornecimentos e serviços	18.00	505.50	-487.50	n.e
TOTAL	1,051,599.62	1,019,441.73	32,157.89	3.15%

Foi relevado o custo do iva da Eletricidade na respetiva conta de custos no montante de 11.191,66€

8.3 Gastos com pessoal

O número de membros dos Órgãos Sociais, no ano de 2019 foram 5.

Os Órgãos sociais não foram remunerados.

Não obstante, a título de Despesas de Representação, Deslocações e Estadas ou outras Compensações O Conselho de Administração, recebeu ao longo do mandato (2016-2019), com base na interpretação dos n.ºs 4 e 5 do artigo 38º do estatutos, as importâncias que se detalham:

	2019	2018	2017	2016
	€	€	€	€
Despesas de Administração	6,749.61	11,446.64	13,229.17	7,772.51

O número médio de pessoas ao serviço da entidade em 31/12/2019 foi de 174

Descrição	2019	2018	Comparação	
			Valor	%
Nº Funcionários	174	173		
Remunerações Normais	1,769,514.01	1,761,670.92	7,843.09	0.45%
Subsídio de Alimentação	61,227.35	41,500.13	19,727.22	47.54%
Diuturnidades	63.49		63.49	n.e
Indeminizações		13,373.51	-13,373.51	-100.00%
Pensões Vitalícias	594.27	102.01	492.26	482.56%
Encargos sobre Remunerações	408,231.76	373,294.19	34,937.57	9.36%
Seguros de Acidentes de Trabalho	30,869.84	24,962.34	5,907.20	23.66%
Medicina do trabalho	7,500.00	94,639.80	-63,287.96	-66.87%
Outros gastos com pessoal	23,851.84			
TOTAL	2,301,852.56	2,309,542.90	-7,690.64	-0.33%

8. 4 Outros Gastos e Perdas

A rúbrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma

Rúbrica	2019	2018
Impostos	512.10	1,402.01
Gastos em subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	38,727.35	
Correções relativas a períodos anteriores	24,313.24	1,048.10
Quotas	30.00	
Multas não fiscais	2,154.95	7,931.74
Taxas	2,990.08	2,283.49
Outras Penalidades	32,671.82	39,151.96
Outros Gastos e Perdas		
TOTAL	101,399.54	51,817.30

8.5 - Perdas por imparidades

A Rúbrica de Perdas por imparidades foi relevada no exercício de 2019 da forma que se detalha:

Rúbrica	2019	2018
Utentes		
Serviço Apoio Domiciliário	11,879.00	
Unidade Residencial	19,425.48	
Unidade Cuidados Continuados Integrados	41,018.02	
TOTAL	72,322.50	0.00

No exercício de 2015, procedeu-se a uma análise das dívidas do SAD. Na altura foi criada uma Perda por imparidades de 5.163,50€. Em 2016 esse valor, no Balancete de abertura foi lançado a débito da conta de Utentes SAD.

A recuperação destas dívidas está a ser tentada caso a caso e algumas serão certamente resolvidas, outras haverá que não. "Esta provisão" Como medida de prudência optámos por revelar as dívidas de recuperação duvidosa. Nos exercícios seguintes serão feitos os ajustamentos tidos como relevantes.

Juros e Gastos Financeiros suportados

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

No entanto foram relevados juros estimados da dívida ao Fundo Clooney no montante de 130.000,00€.

9.1 - Provisões, Ativos e Passivos contingentes

Existem passivos em contencioso em que alguns deles são contra a Entidade, estando na generalidade as responsabilidades reconhecidas nas contas do passivo, existindo acordos de pagamento que estão a ser cumpridos.

É entendimento do CA que eventuais responsabilidades não afetarão significativamente as Demonstrações Financeiras.

9.2 - Investimentos Financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os Investimentos Financeiros são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial. (MEP).

Devido à inatividade da Lahgo-Ortopedia foi feito um ajustamento da totalidade do valor da participação, passando a 0 (zero)

Foram relevados (contabilizados) os valores em dívida ao FCT (Fundo de Compensação Trabalho) no período de Junho 2016 a 31 de Dezembro de 2019.

Descrição	2019	2018
Método da Equivalência Patrimonial (Lahgo Ortopedia)	38,727.35	38,727.35
Ajustamentos Aplicações Financeiras	-38,727.35	
Outros Investimentos (Fundo Compensação Trabalho)	37,809.22	21,802.51
TOTAL	37,809.22	60,529.86

9.3 - Clientes

As contas de clientes encontram-se registadas pelo seu custo para assim retratar o valor realizável líquido, deduzido das imparidades.

Rúbrica	2019	2018
clientes c/gerais	439,727.09	391,472.91
Utentes UR	132,621.68	94,360.99
Hospital Garcia de Orta	2,531.13	500.00
Utentes SAD	21,328.50	15,841.00
ARSLVT	179,386.78	175,116.67
ISS IP	26,130.95	25,202.61
Utentes UCCI	77,728.05	72,995.08
Utentes Ortopedia		234.00
Companhia Seguros Tranquilidade		7,222.56
Imparidades		
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	-11.879,00	
Unidade Residencial (UR)	-19,425.48	
Cuidados Continuados (UCCI)	-41.018.02	
TOTAL	367.404.59	391,472.91

9.4 - Fornecedores

O saldo da Rúbrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Ativo	2019	2018
Fornecedores c/c	1,960.70	
TOTAL	1,960.70	

Passivo	2019	2018
Fornecedores c/c	296,067.22	253,252.16
Fornecedores c/c Planos pagamento	664,422.94	733,132.95
TOTAL	960,490.16	986,385.11

Foram registados ajustamentos ao valor das dividas de fornecedores c/planos de pagamento em vigor, registando as penalizações contratuais.

9.5 - Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos está dividido da seguinte forma:

Ativo	2019	2018
Retenções trabalho dependente		
Iva apuramento	68.65	
Iva Reembolsos Pedidos	746,131.54	746,147.98
Taxa social Única		
TOTAL	746,200.19	746,147.98

Passivo	2019	2018
Retenções trabalho dependente	8,459.00	
Retenções trabalho independente	4,075.58	12,838.85
Retenções Prediais	125.00	
Iva a pagar	1,495.02	2,555.90
Taxa social Única	54,605.86	
Taxa social Única Acordos	585,445.67	766,389.59
FCT e FGCT	20,753.37	
TOTAL	674,959.50	781,784.34

9.6 - Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber desdobra-se da forma que se detalha:

Descrição - Ativo	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal		
Fornecedores		449.65
Adiantamentos a Fornecedores de Investimento		
Outras operações		7,596.04
TOTAL		8,045.69

9.7 - Outras Contas a Pagar

A rúbrica de Outras contas a pagar desdobra-se da forma que se detalha:

Descrição - Passivo	2019	2018
Remunerações a Liquidar (Férias + Subsídio Férias)	330,210.00	306,433.16
Remunerações a Liquidar (ano)	31,361.32	
Fornecedores de Investimento	23,292.72	36,105.14
Cauções	15,937.93	
Fundo Clooney (Juros)	856,173.23	726,173.23
Outros credores	100,339.67	114,962.80
TOTAL	1,357,314.87	1,183,674.33

9.8 Diferimentos

Descrição	2019	2018
Caução Renda	500.00	500.00
Caução Infarmed	1,000.00	1,000.00
TOTAL	1,500.00	1,500.00

10 - Instrumentos Financeiros

10.1 - Caixa e Depósitos Bancários

A rúbrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos.

Descrição	2019	2018
Caixa	1,400.73	23,613.05
Depósitos à Ordem	1,139.79	619.34
Total	2,540.52	24,232.39

10.2 - Variações Inscritas no Capital Próprio

Rúbricas de Capital Próprio	Saldo	Aumentos	Diminuições	Saldo
	31.12.2018			31.12.2019
Reservas	324,963.17			324,963.17
Resultados Transitados	3,554,684.03	-463,287.53		-4,017,971.56
Outras Variações de Capital Próprio	3,409,651.68		184.651,68	3,225,000.00
Resultado Líquido do Exercício 2018	-463,287.53		463,287.53	0.00
Resultado Líquido do Exercício 2019		-93,941.81		-93.941,81
Total	-283,356.71	-557,229.34	278,635.85	-561,950.10

10.3 - Dívidas da Entidade Reconhecidas à data do Balanço

Empréstimos bancários

Dívidas da Entidade Reconhecidas à data do balanço	Saldo	Aumentos	Diminuições	Saldo
	31.12.2018			31.12.2019
Empréstimo ML Prazo CGD	7,785,713.85		7,785,713.85	0.00
Millennium BCP	61,602.56		61,602.56	0.00
Fundo Clooney		7,593,505.92		7,593,505.92
Fundo Clooney (Conta Caucionada)		192,207.93		192,207.93
Leasings	62,699.24		62,699.24	0.00
TOTAL	7,910,015.65	7,785,713.85	7,910,015.65	7,785,713.85

Nota Importante: O empréstimo inicial de 7.920.000,00€ junto da CGD foi cedido ao Fundo Clooney Issuer Designated Activity em Outubro de 2018.

Este empréstimo continua a gozar de todas as garantias dadas à CGD, a saber:

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Fernando Neves e cônjuge e do Ex-Tesoureiro Dr. Humberto Ramalinho.

Impende sobre o edifício das Unidades de Saúde um contrato de hipoteca a favor do Fundo Clooney no montante de 11.907.720,00€.

À data de 31.12.2019, o montante da dívida registada ascendia a **8.641.887,08€**.

O Empréstimo junto do BCP avaliado pelo Presidente da Mesa da Assembleia a Geral, Dr. Fernando Neves e da Tesoureira Maria de Lurdes Silva, foi liquidado antecipadamente por decisão do Conselho de Administração.

10.4 - Outras Variações do capital Próprio - Subsídios Entidades Governamentais

Entidade		Valor inicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Saldo
									31.12.2019
ARSLVT	Plano Inicial		18,750.00	37,500.00	37,500.00	37,500.00	37,500.00	37,500.00	543,750.00
	Plano Executado	750,000.00	18,750.00	37,500.00	15,348.42		0.00	0.00	678,401.58
Camara M. Almada	Plano Inicial	250,000.00	6,250.00	12,500.00	12,500.00	12,500.00	12,500.00	12,500.00	181,250.00
	Plano Executado		6,250.00	12,500.00					231,250.00
								<i>Plano Inicial</i>	725,000.00
								<i>Plano Executado</i>	909,651.58

Difª -184,651.58

11 - Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31.12.2019.

Após o encerramento do período, e até à data do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Bem diferente é a situação atual da Instituição:

A Instituição foi alvo por parte do Fundo Clooney de **um pedido de Insolvência**, de modo a ressarcir-se da dívida cedida pela CGD.

Este processo, condicionou de forma decisiva a atividade da Instituição. De repente, tudo ficou suspenso da decisão do Tribunal, desde os organismos oficiais até à Banca que, "parou tudo" no que à solução do financiamento diz respeito.

No entanto, o Tribunal de Comércio do Barreiro **indeferiu** o pedido.

O Fundo recorreu da decisão e a Instituição já se defendeu neste nova fase do processo, que no final, pensamos, nos será favorável.

A Questão do Covid-19, não em 2019 mas em 2020 obrigou a uma gestão de recursos muito cuidada. Debate-mo-nos com situações de sobrecustos, nomeadamente ao nível do material de proteção. Pedimos ajuda a fornecedores que responderam de forma positiva, seja com donativos financeiros, seja em géneros, e até com liquidação (como donativo) de faturas de fornecimentos.

A implementação do Plano de Emergência e a sua gestão em conformidade e articulação com os Organismos de Saúde (oficiais e da tutela) envolvidos no combate à pandemia, fizeram com que a Instituição tenha ultrapassado esta crise sem grandes problemas de ordem social.

As Demonstrações Financeiras para o período findo a 31.12.2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19/05/2021

Laranjeiro, 26 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado,



Humberto Ramalinho

(CC nº 19624)

Representante Legal,



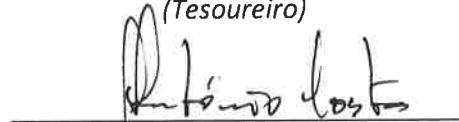
Alfredo Oliveira (Dr.)

(Presidente do C.A.)



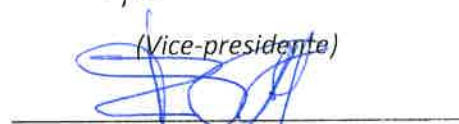
João Vaz Martins (Arqtº)

(Tesoureiro)



António Costa (Engº)

(Vice-presidente)



Luís Camoesas dos Anjos (Dr)

(Vogal)



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES E
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019**

Aos Associados,

Nos termos legais e estatutários e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta (LAHGO)** relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Tendo sido eleitos no decurso do ano de 2020, acompanhamos com a periodicidade possível a gestão, tendo sido realizados os procedimentos e as indagações consideradas necessárias e adequadas para proceder à fiscalização da atividade do ano de 2019, com especial enfoque na observância da lei e dos estatutos e obtido da Administração todos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, nomeadamente sobre como decorreram as operações da LAHGO.

A - FISCALIZAÇÃO

- O Conselho Fiscal examinou a evolução da atividade da LAHGO, a regularidade dos seus registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

- No âmbito das suas atribuições o Conselho Fiscal examinou com referência a 31 de dezembro de 2019, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, bem como as notas explicativas às demonstrações financeiras.

- O Conselho Fiscal procedeu ainda a análise do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

- Tomámos conhecimento do conteúdo da certificação legal das contas (na modalidade de opinião com reservas e ênfase), emitidos pela Victor José & Associados, SROC, Lda., com data de 25 de maio 2021, **com o qual concordamos**.

- Não chegou ao nosso conhecimento nenhum tipo de informação que deva ser divulgada aos Senhores Associados, e que não conste dos elementos de prestação de contas.

- Verificámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela LAHGO na preparação das suas Demonstrações Financeiras e que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da LAHGO.

B - RECOMENDAÇÕES

Não foram identificados assuntos que levem à apresentação de recomendações.

No entanto, não queremos deixar de manifestar o facto de muitas das Reservas e Ênfases da Certificação Legal de Contas do exercício de 2018 terem sido derrogadas no exercício de 2019.

Em reunião com os atuais Auditores, Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Contabilista Certificado em exercício, foi possível identificar de forma sistematizada, as alterações efetuadas, de modo que as contas que agora se apresentam estejam consistentes com a situação Económica, Financeira e Patrimonial da Instituição.

C - PARECERES EMITIDOS

Não foram emitidos pareceres no decurso do exercício de 2020.

D - PARECER

Face ao exposto o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante nas Demonstrações Financeiras foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, e que o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, as notas explicativas às demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da LAHGO e satisfazem as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019,
- Aprove as Contas relativas a esse exercício,
- Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados obtidos nesse mesmo exercício.

Desejamos finalmente expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da LAHGO, pela colaboração que nos foi prestada.


Almada, 27 de maio de 2021



AMÉLIA MARIA PEREIRA DIAZ- Presidente



MARIA DO CARMO SOARES DA COSTA- Vice-Presidente



LÍDIA MARIA ENTRUDO PIRES- Vogal